

# Desafio vezes oito

100

Artigo

FLÁVIA OLIVEIRA  
COLUNISTA DO GLOBO



Vão além da excessiva carga tributária, da infraestrutura ineficiente e dos desequilíbrios cambiais os entraves à competitividade da economia brasileira. Fosse uma representação geométrica, as três pontas desse triângulo dariam lugar a um octógono de obstáculos, numa apropriada metáfora com a arena do MMA, tipo de luta em que vale (quase) tudo para levar o cinturão de mais forte. O setor produtivo no

Brasil apanha em mais cinco vértices, afora os três originais.

A burocracia atrapalha o exercício pleno da concorrência. Os custos do trabalho, idem. Pesa ainda a excessiva informalidade. A baixa escolaridade nacional, que se materializa na qualidade sofrível da mão de obra, é outra mazelha, bem como os investimentos modestos em inovação pelo poder público e, também, por um setor privado comumente avesso a riscos.

O conjunto de temas aparece repetidamente em consultas nacionais sobre as restrições a maior inserção do Brasil no comércio mundial. São elementos que tornam mercadorias e serviços locais muito caros, na comparação com países que fizeram, há tempos, o dever de casa das reformas liberais. Não por acaso, o Brasil, uma das dez maiores economias do planeta, é 48º numa lista de 144 nações avaliadas anualmente no Índice de Competitividade Global, do Fórum Econômico Mundial.

Tamanho atraso se traduz em custo nos termos de troca com o exterior, mas freia também a atividade interna, motor do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos anos.

Enquanto aparecia quase exclusivamente em discursos de exportadores zangados, a defesa da competitividade parecia não sensibilizar as autoridades. Neste 2012 de Europa mergulhada em crise, Estados Unidos ainda patinando, China desacelerando e, no Brasil, consumo das famílias e taxa

O governo abriu mão da grande reforma tributária, reivindicada há décadas, em troca de medidas pontuais

de investimento das empresas em ritmo lento, o governo passou a dar mais atenção ao pleito. Nas últimas semanas, não foram poucas as referências de Dilma Rousseff ao desejável aumento de competitividade na economia brasileira. Num par de discursos na primeira quinzena de setembro, a presidente repetiu oito vezes a palavra e suas variações.

Neste semestre, Dilma já anunciou um pacote de investimentos em ferrovias, rodovias e portos, para baratear custos com transporte no país de dimensão continental. Avolumam-se as tentativas de reduzir o custo do crédito, via ação direta no BNDES, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica. A renovação de concessões das empresas de energia virou pretexto para um corte geral de tarifas no setor, incluindo extinção de encargos federais, a partir de 2013.

Novas atividades foram incluídas na lista de setores intensivos em mão de obra beneficiados por medida de de-

soneração, na qual a contribuição sobre a folha de pagamentos dá lugar a um percentual sobre o faturamento. Bola fora foi a taxação de uma centena de componentes importados, viés protecionista que não combina com a economia moderna.

Aparentemente, o governo abriu mão da grande reforma tributária, reivindicada há década e meia, em troca de medidas pontuais, que, pouco a pouco, vão reduzindo os estratosféricos custos de produção no Brasil. São iniciativas com efeitos colaterais positivos não apenas para quem vive de exportar. Haverá ganhos de eficiência, sobretudo, para empresas dedicadas ao mercado brasileiro.

Ser competitivo é ser anti-inflacionário, num momento em que o Banco Central já não quer (ou não consegue, por ineficiente) usar a elevação de juros como arma para controlar a escalada dos preços. Ser competitivo é ser inclusivo, para acolher e dar escala a um

mercado consumidor, que saciou o apetite inicial por bens de consumo, mas precisa manter a roda da atividade econômica girando. Ser competitivo é ser justo, para pôr fim à desigualdade entre trabalhadores formais e subempregados. É impor a isonomia às relações entre empresas e, assim, instituir um ambiente de negócios mais acolhedor. Ser competitivo é deixar para trás a escolaridade média de oito anos, para abrir a todos os brasileiros as oportunidades de um mercado de trabalho de alta qualificação e renda.

Num cenário de crise global, o atraso nacional pode até ser um ativo. Não são muitos países do mundo que, nos dias de hoje, têm dinheiro e necessidade de investimentos em tantas áreas estratégicas para desidratar as suas ineficiências. A competitividade é a chave do Brasil moderno. É hora de escancarar a porta. ●